

CONSELHO ESCOLAR: IMPLICAÇÕES SOBRE O PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DA GESTÃO ESCOLAR.

RESUMO

Este trabalho se propõe a apresentar parte inicial de pesquisa em andamento em nível de mestrado, tendo como objeto de pesquisa os Conselhos de Escola. O objetivo central da pesquisa é analisar os processos de gestão democrática assumidos pelos Conselhos de Escola, em curso nos municípios de Serra e Cariacica (ES), problematizando a respeito dos aspectos que têm favorecido ou dificultado a democracia participativa entre os membros da comunidade escolar. Delimitamos nesse texto, apresentar a proposta inicial que constitui e delimita o campo de pesquisa, optando pela Pesquisa Ação crítica como caminho metodológico.

Palavras-chave: Conselho Escolar, Gestão Democrática, Democracia Participativa.

INTRODUÇÃO

O Conselho de Escola é um dos mecanismos de participação social, endossado pelo princípio da Gestão Democrática Escolar. Um colegiado para que a sociedade possa participar da gestão e organização escolar, dos processos decisórios, da execução das deliberações coletivas, da avaliação e das políticas públicas voltadas para a educação. Para Cury (2002), a gestão democrática trata da liderança e da autoridade compartilhada dentro da escola, ou seja, um grande desafio a ser enfrentado. “[...] A gestão democrática da educação é, ao mesmo tempo, transparência, impessoalidade, autonomia e participação, liderança e trabalho coletivo, representatividade e competência”(pg. 36).

No atual cenário político-social é inevitável não considerar as crescentes investidas neoliberais na privatização e mercadificação na gestão e no currículo nacional (PERONI, CAETANO, 2015). Essas investidas no “o que/como ensinar” e também no “como gerir” tem retirado cada vez mais a autonomia pedagógica/gestora da escola e disseminado uma apatia política estagnadora nos sujeitos que integram a comunidade escolar.

A gestão democrática do ensino público está garantida na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei Nº 9.394/1996, dispondo-a enquanto um princípio da educação e estabelecendo que os Sistemas de Ensino definirão as normas da gestão democrática na educação básica, fundamentando-se na participação das comunidades escolar e local, em conselhos escolares ou equivalentes.

Mais recentemente, o Conselho Escolar volta a ser garantido no Plano Nacional de Educação – Lei Nº 13005/2014, em sua Meta 19, que pretende assegurar a gestão democrática. Para tanto, define como estratégia (19.5) a constituição e o fortalecimento de conselhos escolares.

Entretanto, segundo Souza e Tavares (2016), a gestão democrática escolar tem se convertido em procedimentos bem regrados, que, por vezes, burocratiza excessivamente os mecanismos democráticos, resumindo-os a um conjunto de procedimentos sem substrato. As imposições regulatórias do próprio Estado, aliadas à concepções neoliberais de controle de qualidade e gerenciamento da escola, através de critérios pretensamente técnicos e de superior desempenho, revelam narrativas racionalizadoras nos próprios sujeitos do processo democrático.

Desse modo, a presente pesquisa direciona-se aos seguintes questionamentos: que ideal de democracia alicerça a construção de identidade dos Conselhos de Escola e sua relevância na gestão escolar? Quais as necessidades, dificuldades e expectativas enfrentadas pelos conselhos de escola nos municípios de Serra e Cariacica (ES), no atual contexto sociopolítico? Quais ações afirmativas estão sendo garantidas por esses municípios, para fomentar e fortalecer os conselhos escolares, em consonância com a Meta 19 do PNE (Lei Nº 13005/2014)?

SOBRE A PROPOSTA DE INVESTIGAÇÃO

Esta pesquisa está vinculada ao Laboratório de Gestão a Educação Básica do Espírito Santo – Lagebes/CE/UFES e tem por objetivo central ‘analisar os processos de gestão democrática assumidos pelos Conselhos de Escola, em curso nos municípios da Grande

Vitória (ES), problematizando a respeito dos aspectos que têm favorecido ou dificultado a democracia participativa entre os membros da comunidade escolar’.

São objetivos específicos que integram essa pesquisa: 1) Identificar as fragilidades e os desafios dos Conselhos de Escola, enquanto mecanismo de participação e prática social, apresentando as práticas realizadas pelas escolas e suas consequências no processo de busca pela qualidade da educação; 2) Verificar os movimentos de articulação e fortalecimento dos conselhos de escola que vêm sendo realizados, a partir das metas e estratégias estabelecidas nos Planos Municipais de Educação dos Municípios de Serra e Cariacica (ES); 3) Realizar formação continuada com membros dos conselhos de escola, que considere as demandas para a construção de processos democráticos que favoreçam a autonomia escolar. 4) Produzir proposta de formação continuada com os conselheiros escolares, organizando-a em um e-book a ser disponibilizados aos municípios e a sociedade.

O aporte teórico busca interlocuções com coletivo de autores, como: Anísio Teixeira (1969, 2007), Demerval Saviani (1983, 2007, 2005) e Flávio Brayner (1995). Propondo-nos a compreender as categorias de análises que perpassem o objeto da pesquisa.

Os mecanismos de participação estão em constante processo de construção coletiva, portanto devem ser (re)construídos e (re)significados sempre em benefício da escola. O Conselho de Escola é um colegiado imprescindível para a consolidação da gestão democrática. Elencá-lo como objeto de pesquisa se justifica pela necessidade de compreendê-lo, no atual contexto histórico e, mas especificamente, em duas realidades locais e distintas.

Partindo de uma postura crítica-dialética, acreditamos estarmos em processo de construção dos modos de empreender os conselhos de escola. Na perspectiva da educação pública, o engendramento dessa pesquisa pode ser encarado como uma tática para o fortalecimento dos Conselhos de Escola, uma vez que a pesquisa fornecerá

elementos para construir mais estratégias de vivências democráticas para as escolas públicas.

Do mesmo modo, consideramos proveitoso ampliar o repertório de discussões e trabalhos, a fim de diversificar e locupletar as oportunidades formativas da academia. Ou seja, multiplicar a produção de discursos que possam fomentar o debate a respeito da relevância do conselho de escola para a garantia da gestão democrática.

Optamos pela pesquisa-ação crítica, como estratégia metodológica. Para Franco (2005), a pesquisa-ação, com caráter formativo, vai além de uma simples estratégia para coleta de dados, possibilita a verificação de dados, a ligações causais, compreendendo o trabalho e as ações desenvolvidas pelos sujeitos dentro da escola e as interpretações que fazem em relação ao tema. Ou seja, uma reflexão-ação coletiva, onde a voz da comunidade escolar fará parte do percurso da metodologia de investigação.

A pesquisa ação na perspectiva crítica, busca a transformação de determinada realidade se essa transformação for percebida como necessária, a partir dos trabalhos iniciais do pesquisar com o grupo, em um processo de reflexão crítica diante de uma realidade vista como opressora pelo envolvidos (FRANCO, 2005, p. 485). Nessa pesquisa, a reflexão é proposta por meio de um curso de extensão para os conselheiros escolares dos municípios de Serra e Cariacica (ES).

CONSIDERAÇÕES

Os municípios de Serra e Cariacica (ES) são, atualmente, os dois maiores Sistemas de Ensino da Região Metropolitana da Grande Vitória (ES). Contam, respectivamente, com 171 e 107 unidades de ensino. Considerando que todas essas possuem Conselhos de Escola instituídos, com representantes de todos os segmentos da comunidade escolar, é possível conjecturar um número significativo de sujeitos participantes nos processos de gestão escolar.

Em relação ao funcionamento dos conselhos de escola nos municípios citados, é importante destacar que ambos contam com legislações municipais de implementação e

regulamentação de Conselhos de Escola. Do mesmo modo, os Planos Municipais de Educação em vigências, em ambos os municípios, propõe estratégias para o fortalecimento dos conselhos de escola e efetivação da gestão democrática escolar.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Plano Nacional de Educação**. Brasília: Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Gestão Democrática da Educação: exigências e desafios. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. V.18, n.2, jul./dez. 2002.

FRANCO, Maria Amélia Santoro. Pedagogia da Pesquisa-Ação. **Revista Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 483-502, set./dez. 2005

GADOTTI, Moacir. **Gestão Democrática da Educação com Participação Popular no Planejamento e na Organização da Educação Nacional**. Texto CONAE 2014. Disponível em: <http://conae2014.mec.gov.br/images/pdf/artigo_moacir_gadotti.pdf> Acesso em: 20 maio 2018.

PERONI, Vera Maria Vidal; CAETANO, Maria Raquel. O público e o privado na educação: Projetos em disputa? **Retratos da Escola**. Brasília, v. 9, n. 17, p. 337-352, jul./dez. 2015.

SANDER, Benno. **A produção do conhecimento em políticas e gestão da educação**. Linhas críticas, v.11. n.20. p.41-54, jan./jun.2005. Disponível em: <<http://periodicos.unb.br/index.php/>> Acesso em: 05 jul 2018.

SOUZA, Ângelo Ricardo de; TAVARES, Tais Moura. Gestão democrática da escola e da educação: da teoria à prática. In: **Qualidade Social da Educação Básica** / Janete Maria Lins de Azevedo, Márcia Ângela da S. Aguiar (Organizadores) – Camaragibe. PE: CCS Gráfica e Editora, 2016. P. 63-83.